



**IX**

**Encontro da Sociedade  
Brasileira de Economia  
Ecológica**

Brasília, 4 a 8 de Outubro de 2011

**Políticas Públicas e a Perspectiva da Economia Ecológica**

IX ENCONTRO NACIONAL DA ECOECO  
Outubro de 2011  
Brasília - DF - Brasil

---

A ENTRADA DE NOVOS ATORES SOCIAIS NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: O  
ENGAJAMENTO DO EMPRESARIADO COM O TERCEIRO SETOR

**Ana Luiza Clementino da Silva** (UFRRJ) - [analuzasilva.ufrj@gmail.com](mailto:analuzasilva.ufrj@gmail.com)

*Mestranda do Programa de Pós Graduação de Ciências Sociais pela UFRRJ e analista de sustentabilidade do Fundo Vale para o Desenvolvimento Sustentável*

**TÍTULO:** *A entrada de novos atores sociais no desenvolvimento sustentável: o engajamento do empresariado com o terceiro setor.*

**EIXO TEMÁTICO:** *A Economia Verde e as Inovações Tecnológicas Ambientais - O papel do setor privado*

**RESUMO:** Este artigo enfatiza a entrada de novos atores no desenvolvimento sustentável considerando o engajamento das empresas com o terceiro setor. No presente trabalho destaca-se ainda como surgiram os conceitos de desenvolvimento e sustentabilidade, bem como estas noções foram incorporadas ao mundo empresarial. Em paralelo, o estudo mostra como foi o processo de transferência da responsabilidade do Estado de promover o bem estar socioambiental para a sociedade civil e o empresariado. Passa-se então, a análise do processo da entrada da empresa como ator da sustentabilidade a partir das novas demandas produzidas pela sociedade e pelo mercado. Dessa implicação, expõem-se como as empresas juntamente com o terceiro setor voltam-se para a atuação de ações e práticas sustentáveis que corroborem para a perpetuação no tempo, gerem bons resultados econômicos, além de contribuir efetivamente para o crescimento da sociedade, da preservação e da conservação do meio ambiente. Dessa atuação conjunta entre empresas e o terceiro setor em busca do desenvolvimento sustentável, o artigo mostra o estudo de caso do Fundo Vale para o Desenvolvimento Sustentável em busca de soluções para combater o desmatamento e a degradação florestal, exemplificando o caso de Paragominas, que está entre os municípios com maior desmatamento da Amazônia causado principalmente pela expansão da pecuária.

**PALAVRAS-CHAVE:** *Desenvolvimento, Desenvolvimento Sustentável, Sustentabilidade, Empresas, Terceiro Setor.*

**ABSTRACT:** This paper focuses on the entry of new actors in sustainable development and considers the engagement of companies with the third sector. In this paper investigates the concepts of development and sustainability and how they are incorporated into the business world. In addition, this study shows how the process was transferred from the state's responsibility to promote social and environmental well-being to civil society and the business sector. This paper also analyses the process of the company's entering into sustainability as an actor because of the new demands created by society and the market. To address this demand companies need to collaborate with the third sector. For this, their actions and practices need to perpetuate in time, generate good economic results and contribute effectively to the growth of society, preservation and conservation of the environment. This paper shows the case study of The Vale Fund for Sustainable Development in seeking solutions to combat deforestation and forest degradation to demonstrate the joint effort between business and the third sector in pursuit of sustainable development. This paper exemplifies the case of Paragominas that are among to municipalities where livestock has had an effect on the deforestation of the area.

**KEYWORDS:** *Development, Sustainable Development, Sustainability, Business, Third Sector.*

## INTRODUÇÃO

As transformações socioeconômicas nos últimos 30 anos no Brasil resultaram não só em uma mudança da política brasileira como também tem afetado profundamente o comportamento de empresas que até então estavam preocupadas a atender à maximização do lucro. As mudanças nos âmbitos sociais e econômicos deram lugar a uma nova forma de gestão, de tal forma que a empresa descobriria que a sustentabilidade pode representar mais do que um obstáculo, pode ser uma fonte de oportunidades resultando em vantagem competitiva. Dessa forma, o desenvolvimento sustentável vem se tornando cada vez mais um assunto de importância no mundo corporativo. É comum o aparecimento de novas iniciativas das empresas no campo socioambiental. Diferentemente do passado em que a empresa tinha como foco somente atender aos interesses de seus acionistas, hoje é preciso voltar a atenção para todos os *stakeholders* com os quais a empresa se relaciona. Mas, de fato o que é sustentabilidade?

O termo "*sustentável*" provém do latim *sustentare*, que quer dizer sustentar; defender; conservar, cuidar. Segundo o movimento ambientalista, o conceito de sustentabilidade estaria ligado ao termo desenvolvimento sustentável, ou seja, um termo designado para conciliar a expansão da economia com a preservação do meio ambiente.

De fato, a economia ecológica considera que os recursos naturais representam um fator limitante à economia. Segundo esta corrente, não há uma capacidade de superação indefinida dos limites ambientais globais. Dessa forma, entende que há uma conexão entre economia e meio ambiente, no qual capital e recursos naturais são complementares e que o progresso científico e tecnológico podem contribuir com a eficiência para a utilização dos recursos naturais. Dessa forma, esta corrente considera em sua análise a questão da sustentabilidade.

Mas, a relação entre a economia e sustentabilidade não encerra o entendimento do conceito de desenvolvimento sustentável. O artigo corrobora com a visão difundida por Amartya Sen (2000), na qual a noção de desenvolvimento vai para além da questão econômica em si, ligadas à renda e riqueza, há uma valorização das questões sociais, dentre elas da noção de

liberdade, na qual a “(...) expansão da liberdade humana é tanto o principal fim como o principal meio do desenvolvimento” (ibidem). De forma que só haverá desenvolvimento se houver a expansão das liberdades, inclusive no âmbito ambiental de escolher, por exemplo, o que consumir, onde viver e como viver.

Dessa forma, para fins desse estudo, o termo sustentabilidade é um conceito mais abrangente do que a simplificação da relação entre preservação do meio ambiente e economia. Este trabalho, ao discutir ações de desenvolvimento sustentável, vai considerar a questão socioambiental e além disso, inserir no entendimento do conceito as questões sociais e políticas, juntamente com o econômico.

Assim, o objetivo desta proposta é discutir o papel do setor privado no desenvolvimento sustentável. Para atingir este objetivo, o artigo analisará como ocorreu o processo de transferência de responsabilidade do Estado para a sociedade civil e o empresariado e, por conseguinte, como ocorreu a entrada da empresa como um novo ator no desenvolvimento sustentável e o seu engajamento com o terceiro setor. Além disso, destaca-se um estudo de caso para demonstrar a atuação entre uma empresa, a sociedade civil e o governo em busca do desenvolvimento sustentável envolvendo a questão da pecuária na Amazônia brasileira.

## **METODOLOGIA**

Neste artigo foram realizadas pesquisas bibliográficas, além do uso de fontes primárias e secundárias, sendo todas as partes importantes e essenciais para a análise e discussão do tema.

Primeiramente buscou-se a leitura de uma bibliografia sobre o tema, que permitisse uma discussão teórica do objeto de estudo e que ajudasse na construção da definição e da identificação do problema proposto. Além disso, o artigo também está fundamentado em uma pesquisa de dados primários e secundários, na busca de informações disponibilizadas nos sites institucionais de uma empresa privada e em sites especializados no tema, como órgãos do governo, bem como o acompanhamento da experiência em Paragominas.

Os recursos utilizados permitiram a discussão dos conceitos e das práticas bem como, confirmaram a entrada das empresas como novo ator social no desenvolvimento sustentável e, por conseguinte, o seu engajamento com o terceiro setor.

Assim, a discussão e análise do tema empregaram uma investigação do histórico do conceito de desenvolvimento sustentável e permitiu interpretar as práticas e os discursos dos atores sociais envolvidos na responsabilidade socioambiental. (Geertz,1989).

## **CAPÍTULO I - A transferência de responsabilidade do Estado para a sociedade civil e o empresariado.**

Na década de 20, o mundo era guiado pelo liberalismo e pelo ideal do American Way of Life. O liberalismo era a ideologia que prevalecia na época, visando o lucro, pregando a não intervenção do Estado e a idéia de livre concorrência que acabaram promovendo uma busca pelo consumo desenfreado. Esse consumo desenfreado associado à crescente produção e expansão da industrialização acabou provocando um acirramento da concorrência, em paralelo a falta de mercados consumidores que suprisse essa crescente produção resultando em uma crise – a crise de 1929, da Bolsa de Valores de Nova York.

Assim, as transformações socioeconômicas ocorridas devido à crise de 1929 levaram o Estado a adotar medidas que contrariavam o “espírito capitalista”, dando início a uma nova ideologia: a do *Welfare State*. Em 1933, o presidente americano Franklin Roosevelt adotava o *New Deal*, um plano no qual o Estado intervêm na economia. Esse modelo econômico de intervenção estatal ficou conhecido como Keynesianismo, que definia o Estado como agente indispensável de controle da economia com o objetivo de reduzir dos efeitos da crise. O novo modelo atribuía ao Estado o direito e o dever de conceder benefícios sociais que garantiam à população um padrão mínimo de vida. Assim, as medidas adotadas pelo Estado eram uma forma de intervir na economia e de estabelecer controles sobre o capital e as empresas.

Portanto, sob esse contexto político e econômico, o Estado que antes não regulava a economia passou a ser um executor da proteção social.

“A emergência do Estado de Bem-Estar Social está fundamentalmente vinculada ao abandono da concepção liberal clássica, originalmente consagrada por Adam Smith, em 1776, no seu livro *A riqueza das nações*. As críticas ao liberalismo deram vazão ao processo de desmercantilização da sociedade capitalista conduzido por forte pressão social organizada e operada por um novo tipo de Estado. Em outras palavras, consagrou-se a importante politização das ações de natureza pública executadas pelo Estado, com a finalidade de restringir o papel das forças do livre mercado. Assim, quase um monopólio representado pelo Estado, em maior ou menor grau, foi difundido no centro do capitalismo mundial, com as funções de conceder proteção social a todos cidadãos e garantir a edificação de uma sociedade menos desigual, enfrentando a estratificação imposta pelo mercado”. (Pochmann, 2004)

Tal posicionamento do Estado como principal agente de proteção social perdurou até o fim da década de 80 quando surgiu uma nova concepção – o neoliberalismo. Neste novo paradigma, o conceito de bem estar social deu lugar a uma busca de eficiência econômica. Assim, o Estado deixou de ser o principal agente do bem-estar social de tal forma que houve uma diminuição das políticas voltadas para proteção social, no qual a “desregulamentação do papel do estado na economia e na sociedade contribui, em certa medida, para a propagação da transferência de parcela das responsabilidades do Estado para as comunidades organizadas” (Raichelis apud Bonfim e Silva, 2003). Acrescenta-se ainda, a transferência da parcela das responsabilidades do Estado para outro ator social – a empresa. Neste sentido, a sociedade civil, através das ONG’s, e as empresas passaram a ser os principais atores das políticas sociais e também ambientais em detrimento da atuação do Estado. Este momento de mudança de paradigmas e ideologias coincidiu com a emersão de uma nova forma de pensar a responsabilidade social, na qual deixa de ser vista sob a óptica da filantropia e passa a operar segundo a noção de cidadania.

Assim, a mudança da ideologia do liberalismo para o neoliberalismo juntamente com o surgimento de novos paradigmas e novos atores produziu uma nova forma de pensar a questão socioambiental. Se antes, o mundo era guiado pela regulamentação do Estado e sua ação intervencionista, agora são as empresas

que figuram como importantes atores na elaboração e na execução do chamado desenvolvimento sustentável.

A percepção de que a questão sustentável pode ser também uma prática de responsabilidade da empresa, na medida em que ela interfere na sociedade com as suas atividades, possibilitou não só a emergência do empresariado neste campo como também o seu engajamento com o terceiro setor.

## **CAPÍTULO II - A empresa como ator da sustentabilidade**

Nas últimas décadas, a preocupação com o meio ambiente tem crescido em virtude da exploração acentuada dos recursos naturais, na qual o atual modo de vida passou a ser apontado como o principal vilão devido a um modelo de desenvolvimento baseado no consumo sem limites. O desenvolvimento tanto tecnológico, que diminuiu as distâncias, quanto o econômico, que permitiu que as classes mais baixas tivessem maior poder de compra, criou uma nova sociedade – uma sociedade baseada no consumo. Nesse contexto, a preocupação com o meio ambiente ganhou espaço não só entre cientistas e acadêmicos, mas passou a gerar uma preocupação dentro da própria sociedade.

O tema antes restrito aos cientistas começa a atingir a sociedade, uma vez que houve um “crescimento das pressões humanas sobre o meio ambiente e a interferência direta na qualidade de vida dos povos (...)” (Portilho, 2004). De modo que surge a idéia de que não basta consumir menos, mas sim consumir melhor e isso significa consumir de forma sustentável, na qual se “(...) deve suprir as necessidades das gerações presentes, sem afetar as gerações futuras, promovendo melhorias à sociedade e ao meio ambiente” (Relatório Brutland *apud* IBRAM).

Essa transformação das atitudes e ações da sociedade, bem como o seu envolvimento e interesse pelo tema da sustentabilidade foram também acompanhados por uma mudança e evolução do movimento ambientalista. O movimento ambientalista, que até a década de 50 se preocupava com as questões de preservação e conservação do meio ambiente (Alier, 2007), passou a partir de então, além de se preocupar a também questionar os efeitos relacionados às questões sociais e ambientais decorridos da ação antrópica. Assim, a evolução da mudança de percepção da sociedade ocorreu quando as suas atitudes começaram a

influenciar o seu modo de vida. A preocupação com a questão das mudanças climáticas, efeito estufa e aquecimento global vem ganhando cada vez mais a atenção da sociedade a partir da grande preocupação com as alterações no meio-ambiente.

De acordo com o Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC) ou Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas<sup>1</sup> estima-se que até o fim deste século a temperatura da Terra deve subir entre 2C e 5°C, o que aumentaria a intensidade de tufões e secas. Nesse cenário, um terço das espécies do planeta estariam ameaçadas. Populações estariam mais vulneráveis a doenças e desnutrição. Diante deste cenário, governos, empresas e instituições não governamentais vêm buscando soluções e/ou mitigações para a questão da mudança climática.

Assim, no século XX, a partir da emergência do neoliberalismo houve uma nova forma de pensar o social e o ambiental. No âmbito social, o Estado deixava de ser o principal provedor do bem estar social, transferindo uma parcela da sua responsabilidade para a sociedade civil e o empresariado. No âmbito ambiental, a preocupação iniciada com o Clube de Roma, por meio da publicação intitulada “Limites do Crescimento” de 1972, indicou em termos trágicos o futuro mundial, caso a sociedade mantivesse os padrões de produção e consumo vigentes à época.

Seguido do Clube de Roma veio a publicação do relatório “Nosso Futuro Comum”/Relatório BRUNDTLAND de 1987, que foi o responsável por disseminar o conceito de desenvolvimento sustentável, culminando em 1992 na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), chamada também de ECO 92. A partir da ECO 92 é que se possibilitou o reforço na necessidade da sociedade como um todo engendrar o desenvolvimento sustentável. (Jabbour e Santos, 2006).

Neste contexto, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento apresentaram as bases da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima – UNFCCC para propor medidas para reduzir, ou ao menos estabilizar a concentração dos gases do efeito estufa e ameaças de mudanças climáticas. Os países signatários comprometeram-se a elaborar uma

estratégia global para proteger o sistema climático para gerações presentes e futuras.

O primeiro evento relevante para a discussão do assunto foi realizado em 1979, com a Primeira Conferência Mundial sobre Clima e desde então, foram diversos eventos relacionados ao tema como: Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (1992); COP/MOP<sup>2</sup> – sigla, em inglês, de Conference of the Parties serving as the meeting of the Parties of the Protocol (1995); etc.

Uma das principais causas apontadas por essas conferências e eventos indicam as ações antrópicas como a causa da intensificação do efeito estufa, aumentando assim, a concentração de gás carbônico na atmosfera. Tal aumento do gás carbônico “decorre principalmente da queima de combustíveis fósseis, notadamente o carvão mineral, derivados do petróleo e gás natural. Em todo o mundo, essa queima ocorre nos usos doméstico e comercial, nas atividades de transporte, na geração de energia, na indústria e na agricultura.” (Fronzizi, 2009)

Assim, diante dos impactos causados pela atividade industrial, as empresas passam a ser apontadas como co-responsáveis pela manutenção e melhoria das condições de vida na localidade onde atuam. Dessa forma, Cheibub e Locke (2002) colocam que em muitos modelos vigentes, “as empresas têm obrigações morais com a sociedade que permitem que elas exerçam suas funções produtivas. Dessa forma, elas têm e devem fazer com que os benefícios materiais de sua ação empresarial atinjam diretamente os mais diversos setores da sociedade. Elas devem assumir um papel mais ativo na resolução dos problemas sociais já que são atores que detêm muitos recursos o que as permite e, de certa forma as obriga, a assumir esse papel.”

Logo, a percepção de que as questões econômicas, sociais e ambientais são uma prática também de responsabilidade da empresa, na medida em que ela interfere na sociedade com as suas atividades, possibilitou a emergência das empresas no campo de desenvolvimento sustentável. Neste sentido, a adesão ao desenvolvimento sustentável não ocorreu de forma voluntária, mas sim, a partir do momento em que o empresariado percebeu a reação da sociedade frente às

questões socioambientais. Questões que até então as empresas não julgavam ser de sua responsabilidade passaram a ser reconhecida como um objeto de diferenciação no mercado competitivo. A adoção da responsabilidade socioambiental pelas empresas passou a ser mais do que uma estratégia de marketing frente às demais, mas também uma mudança do comportamento empresarial diante o modelo adotado de governança corporativa<sup>3</sup>.

### **3.1 O engajamento do empresariado com o terceiro setor**

Dentro de uma nova lógica de mercado, a empresa se modifica como um ator socialmente e ambientalmente responsável e passa a ser reconhecida como um ator que dispõe de eficiência técnica, desqualificando o papel até então exclusivo do Estado. Desse modo, há uma “colonização do espaço das políticas sociais pela lógica empresarial” (Müller, 2006), na qual a empresa passa a ser um ator qualificado para o gerenciamento das políticas sociais, ao sê-la atribuído certo know-how de eficiência e planejamento em detrimento da burocracia e ineficiência que apresenta o Estado (Paoli, 2002). A empresa passa então, a ser um ator qualificado para o gerenciamento das políticas socioambientais.

“Um segundo tema surge do fato de que ao mesmo tempo esta filantropia empresarial organizada adapta-se com vantagens às formas do lucro empresarial, e, deste prisma, ecoa o discurso neoliberal que preconiza a iniciativa individual e privada contra a ineficiência burocrática do Estado e a politização dos conflitos sociais. É nesses termos que o empresariado brasileiro se agrega ao elogio da sociedade civil e do assim chamado ‘terceiro setor’, aparecendo como um ator que, junto com outras organizações sociais não-governamentais, afirma sua disponibilidade civil em contribuir, no âmbito privado e mercantil, para a redefinição do modo de operar as políticas públicas que se dirigem à integração social e profissional das parcelas da população.” (Paoli, 2002)

Assim, as práticas sustentáveis passam a ser adotadas pelas empresas após perceberem que a prática pode ser mais do que um obstáculo para as suas atividades, pelo contrário, podem ser convertidas em uma fonte de oportunidades. Desse modo, as empresas acabaram adotando um modelo de governança corporativa mais próxima ao do modelo nipo-germânico, no qual se considera não

só os acionistas, mas também as demais partes impactadas pelas suas atividades, ou seja, as empresas adotam o controle corporativo voltado para os stakeholders.

“(…) coloca-se em um extremo do contínuo os acionistas ou donos (modelo dos *stockholders*) e no outro extremo todos os grupos que têm uma relação com uma empresa e que podem se beneficiar, mediata ou imediatamente, de suas ações. Neste caso, considera-se como beneficiários, além de outros possíveis grupos sociais, a comunidade em que a empresa se localiza, seus acionistas e, até mesmo, seus trabalhadores (modelo *stakeholders*).” (Cheibub e Locke, 2002)

No entanto, as empresas se deparam com a falta de capilaridade entre a sociedade, o que faz elas recorrerem ao terceiro setor. Por outro lado, as ONGs começaram a ser “(...) encaradas pelo setor produtivo com mais seriedade, sua função social é respeitada e suas habilidades específicas são reconhecidas. Por conseguinte, observa-se uma tendência cada vez mais acentuada de flexibilização de um discurso anticorporativo por parte das organizações do terceiro setor” (Vinha, 2003).

Diante das pressões exercidas pela sociedade e pelo próprio terceiro setor, a prática de desenvolvimento sustentável tem sido adotada pelas empresas e para isso, elas têm buscado unir-se às ONGs. E, independente das razões da adoção dessas práticas pelas empresas, sejam elas de “(...) interesse econômico, altruísmo, militância política, idealismo, valores religiosos, cidadania, preocupações com o meio ambiente e com a violência” (Muller, 2006), essa nova atuação, principalmente dos setores petroquímico, mineração e papel e celulose, tem revelado que as empresas estão recorrendo a projetos socioambientais para minimizar os seus impactos na localidade, bem como adquirir a “licença social para operar”. No entanto, nos últimos anos, as ações socioambientais das empresas parecem muito mais refletir uma mudança da imagem do empresariado e dos próprios *stakeholders*, no qual “em alguns países, sua emergência é reflexo de mudanças sociais que exigem maior engajamento desse setor em ações ‘a favor’ da sociedade (...)” (Garcia, 2004).

Portanto, a partir das novas demandas produzidas pela própria sociedade e pelo mercado, as empresas juntamente com o terceiro setor voltam-se para a prática e ações sustentáveis que corroborem para a perpetuação no tempo, gerem

bons resultados econômicos, além de contribuir efetivamente para o crescimento da sociedade e da preservação e conservação do meio ambiente.

Embora as empresas não sejam responsáveis diretamente pela implantação de melhorias socioambientais, muitas buscam criar melhores condições de vida para a população. Para Cheibub e Locke (2002), as empresas têm e devem fazer com que os benefícios materiais de sua ação empresarial atinjam diretamente os mais diversos setores da sociedade, assumindo um papel mais ativo na resolução dos problemas sociais. Desse modo, a “responsabilidade social empresarial (...) não é uma questão moral, mas sim de interesse econômico das empresas. Se lhes interessar, devem assumir mais funções sociais. (...) As empresas podem e/ou devem ter responsabilidades sociais apenas se for de seu interesse; do interesse de seu negócio e trazer benefícios para sua atividade, sua posição no mercado, etc.” (2002). Sob esta mesma perspectiva, Porter e Kramer (2006) afirmam que “o princípio da sustentabilidade apela para um sadio interesse próprio. Em geral, repousa na base tríplice do desempenho econômico, social e ambiental. (...) O princípio funciona melhor em questões que coincidem com os interesses econômicos ou regulamentares da empresa.”

### **3.2 O caso do Fundo Vale para o Desenvolvimento Sustentável**

Apoiado no princípio de que as empresas devem assumir um papel mais ativo na busca pelo desenvolvimento sustentável é que a Vale S.A, juntamente com as Florestas Rio Doce, criou em 2009 o Fundo Vale para o Desenvolvimento Sustentável, O Fundo Vale é uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) <sup>4</sup> que atua em parceria com instituições públicas e organizações do terceiro setor com um objetivo comum: deixar um legado positivo e estratégico para as próximas gerações e promover o desenvolvimento sustentável.

Neste caso, a necessidade de atuar para além das atividades da empresa fez com que o Fundo Vale buscasse a parceria com instituições públicas e organizações do terceiro setor com o objetivo de combater o desmatamento e a degradação florestal em países em desenvolvimento. Atualmente, suas ações e atividades estão voltadas para o bioma amazônico, já que neste bioma está localizada a maior parte da biodiversidade do nosso país. Além disso, a Amazônia hoje representa um grande potencial na redução das emissões dos gases do efeito

estufa, uma vez que o desmatamento de florestas, principalmente do bioma amazônico, é responsável hoje por 55% das emissões de GEE no Brasil. Logo, a eliminação do desmatamento até 2030, representaria 72% das oportunidades de redução de GEE no país, segundo a pesquisa “Caminhos para uma economia de baixa emissão de carbono no Brasil”, do World Resources Institute e da consultoria McKinsey&Company.

Por todos esses aspectos, o bioma amazônico foi o primeiro escolhido para receber os investimentos do Fundo Vale. Acreditando que a atuação em rede é fundamental para buscar o desenvolvimento sustentável, o Fundo Vale atua em parceria com 11 instituições, tendo apoiado 18 projetos nos estados do Pará, Mato Grosso e Amazonas sob três frentes: Áreas Protegidas e Biodiversidade, Monitoramento Estratégico e Municípios Verdes. Neste último, destacam-se os projetos voltados para a pecuária, uma das questões de maior controvérsia no modelo de desenvolvimento da Amazônia, já que segundo dados do relatório “A Farra do Boi” do Greenpeace (2009) a indústria da pecuária na região é o maior vetor de desmatamento do mundo, responsável por um em cada oito hectares destruídos globalmente.

A Amazônia, que teve um intenso processo de povoamento iniciado na década de 60, também sofreu com a intervenção estatal e os ciclos econômicos. O povoamento, que ocorreu mais intensamente a partir da criação de dispositivos governamentais, possibilitou a valorização das terras amazônicas. Estes dispositivos governamentais tinham como objetivo principal integrar a região ao restante do país e para isso o governo criou mecanismos de infra-estrutura que permitiriam o desenvolvimento da região, como a construção de estradas e redes de telecomunicações e energia elétrica. Com relação a construção de estradas, destaca-se: a estrada Belém-Brasília, construída durante o governo de Juscelino Kubitschek e as rodovias Transamazônica e a Perimetral Norte. Essas construções segundo Machado foram responsáveis pela alteração da disposição espacial do povoamento na região nas décadas seguintes. O atrativo primordial deixou de ser a rede fluvial e passou a ser as estradas pioneiras, tanto para fluxos migratórios dirigidos como para as correntes migratórias espontâneas.

Dessa forma, o “desenvolvimento da Amazônia se deu, basicamente, através da privatização de terras públicas e de grandes desmatamentos para implantação de pastos” (Almeida e Uhl IN: May, 1995), no qual se destaca o uso extensivo e predatório do solo, principalmente com a atividade da pecuária.

Segundo dados do relatório “A farra do Boi” do Greenpeace (2009), a pecuária é responsável por cerca de 80% de todo o desmatamento na região Amazônica, o que significa que para reduzir o desmatamento do país e, por conseguinte, a emissão dos gases do efeito estufa, há a necessidade de investimentos na região que dêem foco na promoção e apoio nas ações locais para o desenvolvimento sustentável e de combate ao desmatamento, bem como no reforço das capacidades do governo local na gestão ambiental.

Atualmente, algo em torno de 29,25% das terras brasileiras, 249,03 milhões de hectares, são ocupadas pela atividade agrossilvipastoril (Censo Agropecuário do IBGE 2006 apud Smerald e May, 2009) cerca de 172,33 milhões ou 70% do total são pastagens. Esse aumento se deu principalmente com a atividade da pecuária bovina, que foi incentivada pelo “aumento da capacidade industrial, aumento dos abatedouros e a chegada à região dos cinco maiores grupos exportadores” (Smerald e May, 2008). Destaca-se neste cenário, o município de Paragominas, no Pará.

O município de Paragominas foi formado por colonizadores goianos, mineiros, baianos e paulistas. Com a implantação da rodovia BR-010 que liga Belém a Brasília passando por Paragominas, o desenvolvimento da atividade pecuária naquela localidade foi agilizado, e, em pouco tempo, tornou-se a base econômica municipal (IBGE, 2011). Desde o ano de 2008, o município tem sido noticiado por estar envolvido em questões de desmatamento.

Em fevereiro de 2008, Paragominas foi um dos municípios alvo da operação Arco de Fogo, lançada com o objetivo de coibir o desmatamento ilegal na região amazônica causado por serrarias ilegais na região. Nessa operação comandada pela Polícia Federal, muitas madeireiras foram vistoriadas, autuadas e embargadas por funcionar sem licença de operação. Na mesma época, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) divulgava pela primeira vez uma lista dos

municípios que mais devastavam a Amazônia. Nessa lista, lançada em fevereiro de 2008, constavam 36 municípios e entre outras restrições, os produtores rurais dos municípios incluídos na lista do desmatamento não tinham acesso ao crédito bancário.

No ano seguinte, em Março de 2009, a lista aumentou e chegou ao número de 43 municípios, entre eles Paragominas. Meses depois, em junho de 2009, o Greenpeace lançou o relatório "A Farra do Boi na Amazônia" e denunciou a relação entre empresas frigoríficas envolvidas com desmatamento ilegal e trabalho escravo com produtos comercializados no mercado internacional, no qual a questão da pecuária brasileira foi diretamente afetada. Esta "denúncia" do Greenpeace levou o Ministério Público Federal (MPF) no Pará recomendar que as grandes redes de supermercados como Carrefour, Wal Mart e Pão de Açúcar parassem de comprar carne proveniente da destruição da Amazônia, distribuída por frigoríficos do Pará. Assim, o MPF/PA e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) entraram na Justiça Federal com ações contra pessoas e empresas acusadas de serem responsáveis pelo desmatamento, no Pará. As ações pediam indenização de R\$ 2 bilhões às fazendas dos "bois do desmatamento" e aos frigoríficos que compravam gado dessas áreas. Ainda na primeira quinzena de junho, grandes atacadistas concordaram com as recomendações, o que levou os donos de frigoríficos a procurarem o MPF/PA para negociar os TACs (Termo de Ajustamento de Conduta). O termo foi assinado em agosto de 2009 e entre as cláusulas do acordo estava previsto a moratória total do desmatamento por dois anos, reflorestamento de áreas degradadas e rastreamento eletrônico dos animais.

Por conta dessas ações, o BNDES também determinou diretrizes socioambientais para o financiamento e foi feita uma série de restrições aos produtores rurais.

## **RESULTADOS PARCIAIS**

Para reverter esta situação, em 2010 com o apoio de diversas esferas da sociedade civil, entre elas o Fundo Vale, Paragominas foi o primeiro município da região amazônica a adotar ações concretas para monitoramento e controle dos

desmatamentos, buscando tornar-se a primeira cidade verde da região, reduzindo o desmatamento em mais de 90%. Em 2009, o município havia registrado 25 km<sup>2</sup> de novos desmatamentos. Em 2008, o total havia sido 63 km<sup>2</sup> e no ano anterior, 107 km<sup>2</sup>.

O resultado se deu graças ao projeto Municípios Verdes. Apesar de a iniciativa já acontecer ali há mais de três anos, envolvendo o setor público bem como entidades de classe e terceiro setor, a entrada do Fundo Vale em 2010 foi essencial para agilizar e melhorar os processos que já estavam em andamento.

De acordo com o MMA, um município deve atender três critérios para deixar a lista: reduzir o desmatamento para menos de 40 km<sup>2</sup> em um ano, realizar o Cadastro Ambiental Rural (CAR)<sup>5</sup> em 80% de seu território, excluídas terras indígenas e áreas protegidas, além de estabelecer a média do desmatamento nos dois anos anteriores menor ou igual a 60% em relação a média do mesmo período nos dois anos precursores. Por isso, os investimentos do Fundo foram direcionados para facilitar a realização do CAR no município e fortalecer os sistemas oficiais de monitoramento e controle do desmatamento.

O projeto Municípios Verdes do Fundo Vale foi lançado com base na lista divulgada anualmente pelo Ministério do Meio Ambiente - que enumera os municípios que mais desmatam - e se estende para outros territórios do Brasil e de países em desenvolvimento, no qual alguns casos extremos foram selecionados da lista, como Paragominas, São Félix do Xingu e Novo Progresso. Além desses municípios, o projeto também se estendeu para Almeirim, pois a cidade apresenta potencial para transformar-se em um modelo de gestão ambiental para a Amazônia, embora apresente baixo índice de desmatamento e não consta na lista do MMA.

Dentre os objetivos do projeto está o diálogo com as esferas da sociedade civil, com o reforço das capacidades do governo local na gestão ambiental, incluindo a formação de gestores públicos e da equipe técnica das instituições locais. Além disso, apoiar os esforços para uma economia de base florestal e contribuir para a intensificação do uso da terra. Em Paragominas o objetivo do Fundo Vale focou na contribuição para a redução drástica e contínua do

desmatamento; ampliação da regularização ambiental nas propriedades rurais por meio do Cadastro Ambiental Rural – CAR e o fortalecimento da gestão ambiental no município de Paragominas.

Já no primeiro ano do apoio do Fundo Vale ao município, já foi possível medir os benefícios do projeto Municípios Verdes. Segundo o site do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), a queda do desmatamento entre 2009 e 2010 foi mais acentuada na maioria dos 43 municípios que fazem parte da lista dos que mais desmatavam a Amazônia, segundo análise prévia do Ministério do Meio Ambiente. Além disso, o MMA (2010) divulgou que o caso de Paragominas merece destaque, pois ao tempo em que realizou o Cadastramento Ambiental Rural em mais de 80% do seu território, também tomou medidas para conter o desmatamento, como a assinatura de um Pacto Municipal pelo Desmatamento Zero.

Dessa forma, a gestão integrada entre o Fundo Vale em parceria com o TNC - The Nature Conservancy e o Imazon na execução do programa Município Verdes, além da cooperação da Prefeitura Municipal e do Sindicato dos Produtores Rurais de Paragominas, com o apoio da Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Pará (SEMA-PA) foi uma importante iniciativa de combate ao desmatamento e à promoção de bases para um desenvolvimento sustentável no Estado, que permitiu que o município fosse retirado da lista e iniciasse um processo em busca do desenvolvimento sustentável.

## **CONCLUSÃO**

Embora os resultados da influência da atuação do Fundo Vale em Paragominas sejam recentes, já é possível verificar a importância do engajamento das várias esferas da sociedade em busca pelo desenvolvimento sustentável. A ação voltada para o combate ao desmatamento tem resultado em aspectos positivos para a região. Os produtores rurais voltaram a ter condições de acessar o crédito bancário. Além disso, a disseminação de práticas e manejo sustentável tem influenciado na diminuição do desmatamento no município.

Assim, mesmo a pecuária sendo apontada pelo relatório da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura em 2006 como a atividade

responsável por 18% das emissões de gases nocivos ao ambiente e fonte de degradação do solo e da água, a experiência de Paragominas tem demonstrado que é possível reduzir os efeitos negativos da atividade.

Através do engajamento entre o setor privado (Fundo Vale), o terceiro setor (TNC, AMAZON e Sindicato de Produtores Rurais de Paragominas) e o governo (federal, estadual e municipal do Pará) foi possível retirar o município de Paragominas da lista do Ministério do Meio Ambiente dos mais desmatadores. Além disso, diante da iniciativa do Fundo Vale com o projeto de Municípios Verdes, o governo lançou no dia 23 de março o Programa Estadual Municípios Verdes. O programa visa fortalecer as atividades econômicas sustentáveis e combater o desmatamento e dar continuidade ao processo já iniciado com a sociedade civil.

Desse modo, embora a atuação do Fundo Vale não possa generalizar nem indicar as razões da atuação do setor privado no desenvolvimento sustentável, revela-se um estudo de caso importante para demonstrar como o setor privado apropriou-se de uma tarefa até então exclusiva do Estado, de promover o bem estar socioambiental, e como o seu engajamento com terceiro setor pode resultar benefícios para a sociedade.

#### **NOTAS:**

1 - Organização estabelecida em 1988, pertencente ao Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) para fornecer informações científicas, técnicas e sócio-econômicas relevantes para o entendimento das mudanças climáticas.

2 – COP em português significa Conferência das Partes . “Este é um órgão supremo do Protocolo de Quioto, no qual tem a responsabilidade de monitorar a implementação do protocolo, mediante revisão periódica, e tomar as decisões necessárias para promover a sua implementação efetiva.” (FRONDIZI, 2009)

3 – Sobre governança corporativa. Ver BORGES, Luiz Ferreira Xavier. e SERRÃO, Carlos Fernando de Barros. Aspectos da Governança Corporativa Moderna no Brasil. (2005).

4- Organização da Sociedade Civil de Interesse Público ou OSCIP é um título fornecido pelo Ministério da Justiça do Brasil, cuja finalidade é facilitar o aparecimento de parcerias e convênios com todos os níveis de governo e órgãos públicos (federal, estadual e municipal) e permite que doações realizadas por empresas possam ser descontadas no imposto de renda. Sobre OSCIP ver Lei 9790 de 1999 - Lei das Oscip, disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/spe/publicacoes/reformasinstitucionais/sinteselegislacao/leis/LEI%2009.790.99.pdf>

5- O CAR é uma ferramenta de identificação de imóveis rurais, obrigatória por lei. Ao se cadastrar, o proprietário rural fornece informações importantes sobre sua propriedade – como o perímetro e um mapeamento de vegetação nativa e áreas abertas – que permitem definir estratégias para a conservação da biodiversidade, aliada à criação de benefícios e alternativas econômicas para populações locais.

### **Bibliografia:**

- ALIER, Joan Martínez, *O ecologismo dos pobres*. S. Paulo: Contexto. 2007
- ALMEIDA, Oriana Trindade de; UHL, Christopher. *Identificando os Custos de Usos Alternativos do Solo para o Planejamento Municipal na Amazônia*. IN: MAY, Peter H. *Economia Ecológica: aplicações no Brasil* / May, Peter H. – Rio de Janeiro: Campus, 1995.
- BONFIM, Washington Luís de Sousa; SILVA, Irismar Nascimento da. Instituições políticas, cidadania e participação: a mudança social ainda é possível?. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, n. 21, Nov. 2003 . Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-44782003000200008](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782003000200008)
- BORGES, Luiz Ferreira Xavier. e SERRÃO, Carlos Fernando de Barros. *Aspectos da Governança Corporativa Moderna no Brasil*. (2005).
- CHEIBUB, Zairo; LOCKE, Richard. *Valores ou interesses? Reflexões sobre a responsabilidade social das empresas*. Texto entregue na disciplina Dimensões da Responsabilidade Social das Empresas – RTS/EGS UFRJ – 2009.
- ELKINGTON, John. *Enter the Triple Bottom Line*.
- FRONDIZI, Isaura. “*O Mecanismo de Desenvolvimento Limpo*”. 2009. Rio de Janeiro.
- GARCIA, Joana – *O Negócio do Social*. RJ: Jorge Zahar, 2004.
- GEERTZ. Clifford. *Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.
- Greenpeace-Brasil. Relatório “A Farra do Boi”. São Paulo. Junho de 2009.
- JABBOUR, Charbel José Chiappetta. e SANTOS, Fernando César Almada. *Evolução da Estão Ambiental na Empresa: uma taxonomia integrada à gestão da produção e de recursos humanos*. Scielo, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/gp/v13n3/06.pdf>
- MACHADO, Lia Osório. *A fronteira agrícola na Amazônia brasileira*. s/d. [s.l]
- MÜLLER, Lucia Helena. *A construção do social a partir da ótica empresarial*. Ano 2006.

PAOLI, Maria Célia, “Empresas e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil”, in Santos, Boaventura (org) Democratizar a Democracia. RJ: Civilização Brasileira, 2002.

POCHMANN, Marcio – *A proteção social da periferia no capitalismo*. SÃO PAULO EM PERSPECTIVA, 18(2): 3-16, 2004

PORTER, M.; KRAMER, Mark. “*Estratégia e Sociedade: o elo entre vantagem competitiva e responsabilidade social empresarial.*” Harvard Business Review. Dezembro 2006

PORTILHO, Maria. “*Consumo verde, consumo sustentável e a ambientalização dos consumidores.*” IN: 2º encontro da ANPPAS (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em ambiente e Sociedade), 2004, Indaiatuba – SP. Anais do 2º Encontro da ANPPAS, 2004. Disponível em:  
[www.uff.br/lacta/publicacoes/artigoFatimaPortilho.doc](http://www.uff.br/lacta/publicacoes/artigoFatimaPortilho.doc)

ROMEIRO, A. Economia ou economia política da sustentabilidade. In: May, P. (org.) Economia do meio ambiente: teoria e prática. 2a Edição. Rio: Elsevier/Campus, 2010, p. 3-32.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SMERALD, R. e MAY, P.H. O reino do gado: a nova expansão da pecuária na Amazônia brasileira. Amigos da Terra-Amazônia Brasileira, São Paulo, 2008.

\_\_\_\_\_ A hora da conta. Pecuária, Amazônia e Conjuntura. São Paulo. Abril, 2009.

SIMIONATTO, Ivete. e PFEIFER, Mariana. Responsabilidade Social das Empresas: a Contraface da Sociedade Civil e da Cidadania. Ano 2006.

VINHA, V. G. da. As empresas e o desenvolvimento sustentável: a trajetória da construção de uma convenção. In: Peter H. May (Org.). Economia do Meio Ambiente. Teoria e Prática. 2 ed. Rio de Janeiro\_RJ: Campus, 2010, v. 1, p. 181-204.

#### **FONTES PESQUISADAS:**

Amigos da Terra. Disponível em:

<http://www.amazonia.org.br/noticias/print.cfm?id=264200> Acesso em: Junho/2011.

Draft Relatório Anual de Atividades 2010. Versão Junho/2010.

FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) Disponível em: <http://www.fao.org/newsroom/en/news/2006/1000448/index.html> Acesso em: Junho/2011.

Fundo Vale para a Amazônia Sustentável. Disponível em: <http://www.fundovale.org/home.aspx> Acesso em: Junho/2011.

Greenpeace-Brasil. Disponível em: <http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Noticias/ministerio-p-blico-federal-rec/> Acesso em: Junho/2011.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=150550> Acesso em: Junho/2011.

IBRAM (Instituto Brasileiro de Mineração) artigo “Sustentabilidade: “Um bem necessário”” disponível em: <http://www.ibram.org.br/> Acesso em: Maio/2011.

INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais). Disponível em: [http://www.inpe.br/noticias/clipping/img/clip15122010\\_03.pdf](http://www.inpe.br/noticias/clipping/img/clip15122010_03.pdf) Acesso em: Junho/2011.

Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=141&idConteudo=7462&idMenu=7551> Acesso em: Junho/2011.

MPF/PA (Ministério Público federal do Pará). Disponível em: [http://noticias.pgr.mpf.gov.br/noticias/noticias-do-site/copy\\_of\\_meio-ambiente-e-patrimonio-cultural/mpf-governo-e-setor-pecuarista-assinam-acordo-no-para](http://noticias.pgr.mpf.gov.br/noticias/noticias-do-site/copy_of_meio-ambiente-e-patrimonio-cultural/mpf-governo-e-setor-pecuarista-assinam-acordo-no-para) Acesso em: Junho/2011.

ONU (Organização das Nações Unidas). Disponível em: [http://www.onu-brasil.org.br/doc\\_quioto1.php](http://www.onu-brasil.org.br/doc_quioto1.php) Acesso em: Maio/2011.

Pesquisa “Caminhos para uma economia de baixa emissão de carbono no Brasil”, do World Resources Institute e da consultoria McKinsey&Company. Disponível em: [http://www.mckinsey.com.br/sao\\_paulo/carbono.pdf](http://www.mckinsey.com.br/sao_paulo/carbono.pdf) Acesso em: Junho/2011.

Relatório de Situação 2010. Operação Arco verde (2010). Disponível em: [http://www.mma.gov.br/estruturas/sedr/arquivos/relatrio\\_de\\_situao\\_2010\\_operao\\_arco\\_verde\\_138.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/sedr/arquivos/relatrio_de_situao_2010_operao_arco_verde_138.pdf) Acesso em: Junho/2011.